



EDITAL 004/2021

I PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO PARA ATUAÇÃO NO NÚCLEO DA ZONA RURAL DE SÃO LUÍS

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o **I PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO PARA ATUAÇÃO NO NÚCLEO DA ZONA RURAL DE SÃO LUÍS**, resolve:

Art. 1º - DIVULGAR o caderno de questões do **I PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO PARA ATUAÇÃO NO NÚCLEO DA ZONA RURAL DE SÃO LUÍS**, conforme **ANEXO I** deste edital;

Art. 2º - DIVULGAR o gabarito da prova objetiva, conforme **ANEXO II** deste edital;

Art. 3º - INFORMAR que os recursos em face do **GABARITO** deverão ser interpostos eletronicamente, dia 28/05/2021, em formato PDF, por meio do endereço eletrônico seletivos2021@ma.def.br;

Art. 4º - O presente Edital será **PUBLICADO** no site da DPE/MA.

São Luís, 27 de maio de 2021

GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES

Subdefensor Público-Geral do Estado do Maranhão





ANEXO I

Seletivo de Graduação – Núcleo da Zona Rural de São Luís/MA

Questões objetivas:

1) De acordo com o Código Civil, sobre os direitos da personalidade, responda:

I - O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo quando não haja intenção difamatória.

II - O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

III - Por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

- a) Apenas o item II é o CORRETO.
- b) Os itens I e II estão INCORRETOS.
- c) Os itens I, II e III estão INCORRETOS.
- d) Os itens I, II e III estão CORRETOS.

2) São pessoas jurídicas de direito privado, salvo:

- a) As empresas individuais de responsabilidade ilimitada.
- b) As sociedades.
- c) Os partidos políticos.
- d) As organizações religiosas.

3) Sobre negócio jurídico, assinale a resposta CORRETA:

- a) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo, se identificável.
- b) A manifestação de vontade não subsiste se o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que a intenção nelas consubstanciada.
- d) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for absoluta, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

4) Sobre direito de família, assinale a assertiva CORRETA:

- a) Não devem casar a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até doze meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.





b) A sentença que decretar a nulidade do casamento retroagirá à data da citação, sem prejudicar a aquisição de direitos, a título oneroso, por terceiros de boa-fé, nem a resultante de sentença transitada em julgado.

c) A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbia poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador.

d) As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser arguidas pelos parentes em linha reta de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins, e pelos colaterais até terceiro grau, sejam também consanguíneos ou afins.

5) Sobre responsabilidade civil decorrente do abuso do direito, assinale a resposta CORRETA:

a) Rege-se pelo critério subjetivo, sendo indispensável o dano apenas quando configurado dolo.

b) Rege-se pelo critério subjetivo, só sendo indispensável o dano.

c) Não acarreta consequência pecuniária, se não houver dano moral.

d) Independe de comprovação de culpa.

6) Tício dirigia seu veículo com velocidade compatível com a via que trafegava e foi surpreendido pela travessia de Mévio, que caminhava fora da faixa destinada aos pedestres. Naquele momento, Mévio utilizava o telefone móvel para o envio de mensagem de texto e não observou a aproximação do veículo conduzido por Tício. Para evitar o atropelamento, Tício teve de efetuar manobra brusca, o que culminou na colisão com o veículo de Ana, que estava devidamente estacionado. Diante de tal situação, à luz da responsabilidade civil, assinale a opção CORRETA:

a) A conduta de Tício foi ilícita, razão pela qual surge a obrigação de indenizar Ana.

b) A responsabilidade civil pelo acidente deve ser imputada diretamente a Mévio.

c) Tício agiu no exercício regular do direito, razão pela qual não será obrigado a indenizar Ana.

d) A conduta de Tício foi lícita; contudo, nessa situação, há obrigação de indenizar Ana.

7) Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a alternativa INCORRETA:

a) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

b) A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.

c) São asseguradas à criança e ao adolescente, entre outras, o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento que apure ato infracional.

d) Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

8) Ainda, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, consoante os entendimentos do STJ, marque a alternativa CORRETA:





- a) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.
- b) A configuração do crime do art. 244-B do ECA depende da prova da efetiva corrupção do menor, mesmo em se tratando de delito formal.
- c) O ato infracional análogo ao tráfico de drogas conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente.
- d) A prescrição penal é inaplicável nas medidas socioeducativas.

9) De acordo com o Código de Processo Civil, a competência do foro para ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável é:

- I - de domicílio do guardião de filho incapaz.
- II - do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz.
- III - de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal.
- IV - de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Maria da Penha.

- a) Apenas os itens I e III estão **CORRETOS**.
- b) Apenas o item II está **INCORRETO**.
- c) Os itens I, II, III e IV estão **CORRETOS**.
- d) Os itens I, II e III estão **CORRETOS**.

10) Sobre gratuidade da justiça e defensoria pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.
- b) O membro da Defensoria Pública será civil e solidariamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- c) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural ou jurídica.
- d) O direito à gratuidade da justiça se estende ao sucessor do beneficiário, independentemente de requerimento e deferimento expressos.

11) No que tange à posse, marque a assertiva **INCORRETA**:

- a) Detentor é aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- b) É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- c) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho, restituído se houver turbacão, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.
- d) O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

12) Sobre processo civil coletivo e ação civil pública, assinale a resposta **INCORRETA**:





- a) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- b) Nas ações civis públicas, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.
- c) Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 30 (trinta) dias.
- d) Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.

13) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem com seu comportamento anterior, evitou o risco da ocorrência do resultado.
- b) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime isenta de pena, mas permite a punição por crime doloso.
- c) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- d) O curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia ou da queixa.

14) Com relação à prescrição e extinção da punibilidade assinale a alternativa CORRETA:

- a) Extingue-se a punibilidade pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada e pública condicionada à representação.
- b) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, igual ou maior de 70 (setenta) anos.
- c) A sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência.
- d) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa.

15) O Código Penal, no que tange aos crimes em espécie, assinale a resposta INCORRETA:

- a) Pratica feminicídio aquele que mata mulher por razões da condição de sexo feminino.
- b) Comete receptação culposa quem adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso.
- c) Responde por importunação sexual aquele que pratica contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.
- d) O Código Penal regula expressamente a figura do furto privilegiado, mas não dispõe sobre estelionato privilegiado.





16) Com relação aos crimes de que tratam a Lei nº 11.340/2006 (traz mecanismos que visam coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher), é INCORRETO afirmar:

- a) As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher estão taxativamente previstas no art. 7º da Lei nº 11.340/2006, não sendo objeto de medidas protetivas de urgência outras senão aquelas elencadas nesse dispositivo.
- b) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a Lei nº 11.340/2006, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia.
- c) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- d) Vínculos afetivos que refogem ao conceito de família e de entidade familiar nem por isso deixam de ser marcados pela violência. Assim, namorados e noivos, mesmo que não vivam sob o mesmo teto, mas resultando a situação de violência do relacionamento, faz com que a mulher mereça o abrigo da Lei Maria da Penha.

17) Com base na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) e entendimentos do STJ, é CORRETO afirmar:

- a) A conduta prevista no art. 28 da Lei nº 11.343/2006 não admite transação penal e nem suspensão condicional do processo.
- b) A inobservância do rito procedimental que prevê a apresentação de defesa prévia antes do recebimento da denúncia gera nulidade absoluta, independentemente de demonstrados eventuais prejuízos suportados pela defesa.
- c) A natureza e a quantidade da droga podem ser utilizadas simultaneamente para justificar o aumento da pena-base e afastar a redução prevista no §4º da Lei nº 11.343/2006.
- d) Não acarreta *bis in idem* a incidência simultânea das majorantes previstas no art. 40 aos crimes de tráfico de drogas e de associação para fins de tráfico, porquanto são delitos autônomos, cujas penas devem ser calculadas e fixadas separadamente.

18) Sobre inquérito policial e ação penal, conforme entendimentos do STF e STJ, marque a alternativa INCORRETA:

- a) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- b) A superveniência da sentença condenatória não prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.
- c) Para a ação penal por ofensa à honra, sendo admissível a exceção da verdade quanto ao desempenho de função pública, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que já tenha cessado o exercício funcional do ofendido





d) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

19) Sobre o acusado e seu defensor no Código de Processo Penal, marque a alternativa CORRETA:

- a) A defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, dispensa manifestação fundamentada.
- b) A constituição de defensor independerá de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- c) O acusado, mesmo pobre, fica obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.
- d) Em determinadas situações, o acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

20) Marque a opção INCORRETA. No procedimento do júri, o Juiz pronunciará o acusado, todavia, fundamentadamente o absolverá desde logo quando:

- a) Provada a inexistência do fato.
- b) Não se convencer da existência de indícios suficientes da autoria ou de participação.
- c) O fato não constituir infração penal.
- d) Demonstrada a causa de isenção de pena.

21) Com relação às prisões e medidas cautelares, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- b) As medidas cautelares deverão ser aplicadas observando-se a necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais, bem como a adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.
- c) A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa e que não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.
- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 100 (cem) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

22) Em relação aos entendimentos sumulados pelo STJ sobre efeitos da condenação, competência, recursos em matéria criminal e execução da sentença, assinale a resposta INCORRETA:

- a) A execução da pena restritiva de direitos depende do trânsito em julgado da condenação.





- b) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, sendo necessária a qualificação do órgão expedidor.
- c) Não fere o contraditório e o devido processo decisório que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal.
- d) A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.

23) De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA. A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) perda de bens.
- b) multa.
- c) prestação social educativa.
- d) suspensão ou interdição de direitos.

24) Sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a resposta CORRETA:

- I- A lei penal não retroagirá, senão em benefício do réu.
- II- A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
- III- Haverá juízos ou Tribunais de Exceção.

- a) Somente a alternativa I está CORRETA.
- b) As alternativas II e III estão CORRETAS.
- c) As alternativas I e II estão CORRETAS.
- d) Todas alternativas estão CORRETAS.

25) Sobre organização dos poderes e poder legislativo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
- b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- c) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- d) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto, mediante requerimento de dois terços de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas





conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

26) Sobre os entendimentos vinculantes do STF, assinale a resposta CORRETA:

- a) A Justiça do Estadual é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- b) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- c) A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas não viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.
- d) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição.

27) Em relação aos princípios e direitos fundamentais estabelecidos pela CF/1988, assinale a resposta INCORRETA:

- a) O princípio da inafastabilidade da jurisdição estabelece que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- b) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- c) Conceder-se-á “*habeas-data*” para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativa.
- d) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, sendo necessária autorização e desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

28) Sobre Defensoria Pública e Advocacia, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- b) Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- c) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas independência funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.





d) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

29) Com base na Lei Complementar Federal nº 80/1994, são funções institucionais da Defensoria Pública, salvo:

- a) Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus.
- b) Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos.
- c) Atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas.
- d) A primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

30) São garantias dos membros da Defensoria Pública do Estado, exceto:

- a) A independência funcional no desempenho de suas atribuições.
- b) A inamovibilidade.
- c) A autonomia administrativa.
- d) A irredutibilidade de vencimentos.

Questões discursivas:

1) Sobre a atuação da Defensoria Pública como instituição interveniente, disserte sobre a sua condição de *amicus curiae* e *custos vulnerabilis*, estabelecendo diferenças e fornecendo exemplos. Seria possível atuação da Defensoria Pública como *custos vulnerabilis* em âmbito criminal?

2) No diálogo das fontes estabelecido entre Código Civil e Estatuto da Criança e do Adolescente, disserte sobre aspectos e diferenças dos institutos da guarda, tutela e adoção. Como se daria adoção nas situações em que os interessados se encontram fora do cadastro?

3) Tício fora preso por policiais, sendo suspeito de praticar o crime de roubo contra Mévio. Na Delegacia de Polícia, a vítima Mévio reconheceu Tício mediante apresentação de fotografias, sendo que a única pessoa que se encontrava na Delegacia seria Tício. Consoante o que dispõe o Código de Processo Penal, a prisão e eventual acusação contra Tício seria constitucional/legal? Sobre tal temática, como vem se posicionando o Superior Tribunal de Justiça? Disserte.





4) Diante de denúncias anônimas em face de Caio, policiais abordaram o mesmo e não encontraram nada de ilícito em seu poder. Ato contínuo, os policiais o levaram até a sua residência e durante as buscas, localizaram determinada porção de droga e uma munição de arma de fogo em um dos cômodos do imóvel. Frise-se que a esposa de Caio e sua filha de 2 (dois) anos presenciaram toda ação dos policiais. A atuação dos policiais seria constitucional/legal? Seria hipótese de flagrante delito? Sobre tal temática, como vem se posicionando o Superior Tribunal de Justiça? Disserte.





ANEXO II GABARITO

GABARITO OBJETIVA (GRADUAÇÃO)									
1 - A	2 - A	3 - A	4 - C	5 - D	6 - D	7 - C	8 - A	9 - C	10 - A
11 - C	12 - C	13 - C	14 - D	15 - D	16 - A	17 - D	18 - B	19 - B	20 - B
21 - D	22 - B	23 - C	24 - C	25 - D	26 - D	27 - D	28 - C	29 - D	30 - C

